



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

## Copasa insiste em reajuste abaixo da inflação e em retirada de direitos

Mobilizados e em estado de alerta, os trabalhadores e trabalhadoras da Copasa aguardam a retomada das negociações do Acordo Coletivo 2019/2020, com a expectativa de que a empresa mude sua postura e recue na intenção de cortar direitos. O SINDÁGUA foi convocado para uma reunião de última hora com a direção da Copasa, no último dia 20.

Na reunião, os dirigentes do Sindicato manifestaram sua preocupação com a trágica morte do encarregado Marcelino Rodrigues Borba, soterrado em uma vala de esgoto em Borda da Mata, e cobrou empenho da Copasa na investigação das causas e responsabilidades pelo acidente.

Quanto ao Acordo Coletivo, a empresa agora acena com a proposta de reajustes diferenciados, com um índice para os trabalhadores de salários mais baixos e outro para os demais. Os benefícios são mantidos, mas sem reajuste. A direção, no entanto, insiste em rediscutir com os sindicatos quatro conquistas dos trabalhadores: participação nos lucros (quer acabar com a PL linear), garantia de emprego, jornada de trabalho de 44 horas e gratuidade no vale-transporte.

Essas propostas têm o claro objetivo de dividir a categoria e enfraquecer a luta e a resistência contra a retirada de direitos e a privatização da Copasa. Achar salários, piorar o padrão de vida dos trabalhadores e precarizar as condições de trabalho fazem parte da estratégia de preparar a empresa para ser vendida pelo governo Zema.

A proposta de reajustes diferenciados foi rechaçada pelos dirigentes sindicais, que reforçaram a necessidade de reposição integral da inflação acumulada em 12 meses, de 5,07%, abaixo do reajuste tarifário de 8,38% autorizado pela Arsae para a Copasa. O Sindicato entende que reajustes diferenciados prejudicam parte da categoria e desestrutura a carreira dos trabalhadores, dificultando a continuidade do PCCS, ao criar distorções salariais que precisariam ser corrigidas no futuro.

Outro ponto a emperrar as negociações é a intenção da direção da Copasa de acabar com a PL linear. O SINDÁGUA já manifes-



tou diversas vezes que é contrário a qualquer modificação no modelo de distribuição na participação nos lucros. A PL igual para todos fez justiça aos trabalhadores e não prejudicou os de salários mais altos. A PL não é instrumento para avaliar desempenho. Os mecanismos para ampliar e incentivar a produtividade são a GDI e a Gratificação de Desempenho Gerencial.

A categoria não aceita a redução de direitos, e os trabalhadores devem intensificar a mobilização e engrossar a luta pela garantia das conquistas históricas e para a construção de um Acordo Coletivo justo e digno. A valorização da categoria pela empresa é fundamental para que os trabalhadores continuem plenamente empenhados e estimulados em suas atividades, para atingirem as metas de produtividade, qualidade e lucratividade na prestação de um serviço essencial para a população.

### REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO

Já foi agendada pela Copasa nova reunião de negociações nesta sexta-feira, dia 27, quando esperamos que a sensibilidade da empresa se manifeste e possamos finalmente ter uma proposta de acordo sem perdermos direitos e que não imponha perda real dos salários e valor dos benefícios. Os trabalhadores precisam ter as condições de trabalho e de direitos resguardadas, para que possamos cumprir com responsabilidade a necessária qualidade na prestação de um serviço público e essencial.

## SINDICATO COBRA REFORMA DO ESTATUTO PARA DEMOCRATIZAR AECO

O Sindicato segue firme na luta pela democratização do processo de gestão da Associação dos Empregados da Copasa (AECO), com eleição direta para todos os cargos de direção, uma pendência do Acordo Coletivo de 2018, quando a empresa assumiu o compromisso de promover a reforma estatutária para modernizar a entidade.

Como a mudança “continua de molho”, o SINDÁGUA encaminhou à Copasa ofício em que apresenta as reclamações dos trabalhadores, após discutir o assunto com a direção da

Copasa, em reunião realizada no dia 20 de setembro.

O Sindicato reforçou que a AECO, criada com a finalidade de prestação de serviços assistenciais aos trabalhadores, é atualmente mantida unicamente pelos associados, e não recebe nenhum aporte financeiro da empresa. Embora seja uma “Associação dos Empregados”, e não da Copasa, a AECO tem um estatuto arcaico, que permite que a empresa imponha a sua diretoria, a começar pela presidência.

Por isso, o SINDÁGUA defende a reforma estatutária e a democratização

da AECO, para devolvê-la aos seus legítimos donos, os associados, comprometendo-se a criar uma comissão com representante do Sindicato para a construção de propostas de alterações estatutárias que estabeleçam eleição direta para todos os seus cargos.

Só com a reforma do Estatuto, a AECO será administrada pelos próprios associados, com autonomia, liberdade e responsabilidade, sem indicações políticas e sem gestão comandada pela vontade da empresa.

# SINDICATO FORTALECE ATUAÇÃO EM ITURAMA E FRUTAL

A sobrecarga trabalho, o sucateamento da empresa e a falta de equipamentos, além da ameaça de privatização, são reclamações e preocupações constantes dos trabalhadores da Copasa e merecem todo empenho do SINDÁGUA para que essas dificuldades sejam solucionadas. Dirigentes do Sindicato estiveram em Iturama e Frutal, onde se reuniram com os trabalhadores para verificar as condições de trabalho nos dois municípios.

Os problemas são os mesmos de outras unidades da empresa, além da ameaça de perda da concessão em Iturama, como ocorreu recentemente em Santo Antônio do Amparo, onde os trabalhadores ainda não foram remanejados para outras localidades.

Em Frutal, a principal reclamação é com a sobrecarga de trabalho. Os trabalhadores relataram que a demanda aumentou, o quadro de pessoal é insuficiente e seria necessária a reposição de dez vagas para melhorar as condições de trabalho.

A reunião dos dirigentes sindicais com os trabalhadores nas duas cidades mostrou que o Sindicato está sempre atento aos problemas que a categoria enfrenta e se empenha fortemente para que seus direitos e conquistas sejam respeitados.



## MAIS UMA MORTE POR FALTA DE SEGURANÇA

O trabalhador da Copasa Marcelino Rodrigues Borba, 53 anos, morreu soterrado em uma vala de esgoto, em Borda da Mata, na tarde desta sexta-feira, 20 de setembro, em mais um grave acidente de trabalho. Ele era casado e tinha três filhos.

De acordo com a Polícia Militar, Marcelino estava trabalhando em um lote no bairro Nossa Senhora Aparecida quando a terra cedeu. Ele estava dentro da vala no momento. Ainda conforme a PM, outros funcionários que estavam no local tentaram ajudar, mas não conseguiram. A perícia foi acionada para averiguar o acidente.

O SINDÁGUA lamenta profundamente que tragédias como essa continuem ocorrendo na empresa e oferece total solidariedade e apoio à família da vítima. O Sindicato cobrou da direção da Copasa empenho na investigação da morte do trabalhador e na apuração das responsabilidades pelo acidente.

O Sindicato não se cansa de denunciar as graves dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores por causa da insuficiência no quadro de pessoal, do aumento de pressão pela sobrecarga de trabalho, sucateamento de estrutura e falta de segurança. A sobrecarga de trabalho só está aumentando e a reposição de vagas é fundamental para combater os acidentes de trabalho.

## TRABALHADORES AINDA AGUARDAM REMANEJAMENTO APÓS CONCESSÃO DE SANTO ANTÔNIO SER CASSADA

Os trabalhadores da Copasa que atuavam em Santo Antônio do Amparo ainda não foram realocados pela empresa, após o Executivo municipal ter cassado a concessão da estatal, depois de 30 anos de serviços de qualidade prestados à população – os serviços foram repassados para uma companhia privada. Diante da enorme ansiedade e preocupação dos trabalhadores, o SINDÁGUA enviou à diretoria da Copasa um ofício solicitando informações sobre o processo de remanejamento e a garantia dos direitos consagrados no Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

O presidente da Copasa, Carlos Eduardo Tavares de Castro, em

reunião com a direção do Sindicato, garantiu que os trabalhadores seriam realocados e teriam seus direitos preservados. Além disso, informou que a empresa recorrerá à Justiça para reverter a cassação da concessão. Dirigentes do Sindicato se reuniram também com os trabalhadores, em Santo Antônio do Amparo, quando o diretor de Operação Sul, Guilherme Frasson Neto confirmou o remanejamento e a manutenção dos direitos.

Mas não é que vem acontecendo. Inicialmente, os trabalhadores foram licenciados por 30 dias, com a manutenção dos vencimentos e benefícios previstos no ACT. Passados os 30 dias, a licença remunerada foi prorrogada por

mais 30 dias, mas sem o pagamento dos benefícios.

O SINDÁGUA manifestou sua preocupação com a situação dos trabalhadores e espera que o problema seja resolvido rapidamente, pois eles dependem da manutenção e estabilidade de seus empregos e da garantia dos direitos e benefícios, para cumprirem os compromissos com familiares e dependentes, que incluem alimentação, moradia e saúde. Não podem ser responsabilizados e penalizados pela cassação da concessão, pois cumpriram fielmente suas funções na prestação de serviços à população de Santo Antônio do Amparo.

**PARTICIPE DA LUTA! OS DIREITOS SÃO DE TODOS!**